

DEPUTADO PEDRO GOMES
INTERPELAÇÃO AO GOVERNO REGIONAL
SOBRE POLÍTICA DE SAÚDE
HORTA 12 DE JUNHO DE 2007

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

O PS está há onze anos no poder. É tempo de avaliação dos resultados. Esta interpelação sobre política de saúde, é avaliação das políticas públicas de saúde e dos resultados obtidos.

O direito à protecção da saúde está inscrito na Constituição como um direito social, incumbindo ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

Após onze longos anos de governação socialista, os Açorianos sentem que o direito à saúde não se concretiza no seu dia-a-dia.

António reside na Horta. Desloca-se a Lisboa, para um curto período de férias. O seu filho de 9 anos adoece. Recorre a um médico particular, porque não consegue aceder ao Serviço Nacional de Saúde com o cartão de utente do Serviço Regional de Saúde. Paga setenta euros por uma consulta, dos quais não receberá qualquer reembolso.

Na farmácia, onde compra os medicamento prescritos pelo médico, descobre que o seu cartão de utente não é aceite. Resta-lhe pagar integralmente os medicamentos de que o seu filho necessita.

António percebeu que o seu direito à saúde apenas existe no papel.

Ana, tem cinquenta anos e mora em Santa Maria. Desloca-se ao Centro de Saúde de Vila do Porto, para ser observada pelo seu médico de família. Ana precisa duma mamografia. Em Santa Maria tal exame não se realiza. Também não o pode fazer no Hospital de Ponta Delgada, que já não aceita doentes vindos de fora de São Miguel para este exame.

Ana apenas dispõe da alternativa de pagar do seu bolso € 80 para fazer uma mamografia numa clínica privada.

Ana percebeu que o seu direito à saúde apenas existe no papel.

José, tem 44 anos e reside em São Miguel. Depois de seis meses à espera para ser observado numa consulta externa do Hospital do Divino Espírito Santo, o médico comunica-lhe que o seu problema respiratório impõe uma intervenção cirúrgica. Apesar de respirar com dificuldade, o que lhe diminui a qualidade de vida e dificulta o desempenho profissional, descobre que apenas poderá ser operado daqui a um ano e meio.

José percebeu que o seu direito à saúde apenas existe no papel.

O António, a Ana e o José são Açorianos como nós. Foram esquecidos pela maioria socialista que proclamou “as pessoas primeiro”.

Os vários Governos da responsabilidade do Partido Socialista e os sucessivos titulares da pasta da saúde, dispuseram de todas as condições políticas para proceder a uma profunda reforma do serviço regional de saúde.

A estabilidade na chefia do Governo, com um único Presidente, permitiria coerência na adopção duma política reformadora.

As confortáveis maiorias parlamentares, assegurariam sempre a aprovação da legislação indispensável, esmagando pelo número de mandatos disponíveis as críticas, ainda que sensatas, das oposições.

Os recursos financeiros da Região, a acreditar nos números que o *marketing* oficial não se cansa de reproduzir, seriam mais do que suficientes, só faltando mesmo começar a ouvir dizer que o serviço regional de saúde se prepara para ter *superavit*.

O que faltou então? Faltou decisão e capacidade de mudança.

O PS não sabe o que fazer com o serviço regional de saúde e já não tem vontade, nem capacidade política para curar um doente que está moribundo.

A recente iniciativa da Câmara Municipal da Praia da Vitória, ao realizar um rastreio oftalmológico a cerca de 1.700 crianças do concelho, suportando os custos de consultas privadas, por falta de capacidade do respectivo centro de saúde para dar resposta a uma solicitação destas, é a confirmação do diagnóstico que o PSD vem fazendo do serviço regional de saúde.

Em 19 de Janeiro de 2007, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais, na tomada de posse do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge dizia que *“devem racionalizar-se recursos sem comprometer a eficácia, eficiência e produtividade, na busca constante de garantia da melhoria da acessibilidade dos utentes e da prestação de cuidados de saúde de qualidade”*.

O desejo de mais “qualidade na saúde” está longe de ser atingido, quando os Açorianos não conseguem ter acesso aos cuidados primários de saúde, nem serem tratados no serviço regional de saúde com equidade, dignidade e num tempo clinicamente aceitável.

A estratégia do Governo para a saúde não é clara. A sua política é incoerente e incompreensível.

Não basta expressar o desejo de “mais qualidade na saúde”. É preciso agir.

O Plano Regional de Saúde não existe. Não sabemos quais são as prioridades na gestão de recursos humanos e de equipamentos ou a estratégia para prevenir um conjunto de doenças graves que afectam os açorianos, a começar pelas doenças cardio-vasculares, que são a maior causa de morte nos Açores.

Os profissionais de saúde não sabem para onde caminha o sistema de saúde. Os Açorianos desconhecem o que o Governo pretende fazer. O Governo faz de conta que não é nada com ele.

O Plano de Saúde aprovado à pressa, na véspera das eleições de 2004, desapareceu: do sistema de saúde e das preocupações do Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

A Carta Hospitalar e a Carta dos Equipamentos de Saúde, documentos essenciais no planeamento do serviço regional de saúde e prometidos há mais de quatro anos, ainda não estão concluídos.

Através da Portaria 62/1997, de 7 de Agosto, o Governo Regional definiu um regime de prevenções hospitalares, de carácter provisório, fixando que, até 30 de Novembro desse ano, um grupo de trabalho apresentaria uma proposta para a sua alteração.

Passados onze anos, o grupo de trabalho nunca reuniu e o Governo continua sem definir um novo regime de prevenções, provocando reconhecidas disfunções nas urgências hospitalares

A transformação dos três hospitais da Região em entidades públicas empresariais (EPE), operada pelo Decreto Legislativo Regional nº 2/2007/A, de 24 de Janeiro, para a qual o Governo solicitou urgência nesta Assembleia, ainda está longe de produzir efeitos.

Apesar de estar a preparar este processo, pelo menos desde o Verão de 2006, o Governo ainda não celebrou qualquer contra-programa com os novos hospitais-empresa, não estabeleceu objectivos para a sua gestão,

não deu indicações precisas às novas administrações quanto às reformas que pretende atingir, não clarificou ainda as regras de relacionamento entre a Região, enquanto pagador e hospitais, EPE, enquanto prestadores dos cuidados de saúde.

À urgência do processo legislativo, sucedeu-se a lentidão ou mesmo a ausência na tomada de decisões. O Governo limitou-se a nomear os gestores e a fixar os seus vencimentos.

Também aqui, o Governo hesita e perde tempo.

Onde o Governo não perdeu tempo, foi na partidarização dos cargos de gestão das unidades de saúde.

A confusão entre o Estado e o partido no poder tornou-se numa marca negativa da governação socialista, a que a área da saúde não escapou.

Os repetidos anúncios de medidas por parte do Governo apenas servem como cortina de fumo para encobrir a realidade: a incapacidade do Governo Regional em lidar com os problemas da saúde.

Em 20 de Fevereiro de 1998, o Presidente do Governo Regional afirmava que o Governo iria adoptar *“um sistema experimental de convenções e contratos-programa com os profissionais e diferentes instituições de saúde, por forma a reduzir o tempo de espera dum consulta, dum exame complementar de diagnóstico ou mesmo dum tratamento cirúrgico”*.

Ao longo dos últimos dez anos, a Região gastou mais de 2.000 milhões de euros – 400 milhões de contos – na área da saúde.

Todos os meses, os Açores gastam 16,5 milhões de euros em saúde, sem sucesso ao nível dos cuidados primários de saúde.

O resultado é desolador.

O acesso aos cuidados primários de saúde é apenas para alguns. Há 80.000 Açorianos sem médico de família.

Entre 1995 e 2005, as urgências hospitalares aumentaram 102% no Hospital de Ponta Delgada e 31% no Hospital de Angra do Heroísmo e sofreram uma redução de 11% no Hospital da Horta.

Os atendimentos urgentes nos centros de saúde aumentaram 91%.

Todos os dias, nas unidades de saúde da Região, há 1185 atendimentos urgentes.

Pelo contrário, entre 1995 e 2005, o número de consultas médicas nos centros de saúde baixou 160%.

O Serviço Regional de Saúde sofre duma grave distorção: as urgências tornaram-se a porta de entrada no sistema de saúde, sem a política dos governos do PS tenha adoptado uma política consistente para inverter este estado de coisas.

Sem médicos de família, com penosas listas de espera - que, por exemplo, no caso do Hospital de Ponta Delgada, ultrapassam os 4.000 pacientes só

na cirurgia - as pessoas recorrem às urgências dos centros de saúde e dos hospitais como “tábua de salvação”.

Em 1999, o PS começou por apostar nos cuidados primários de saúde, com a criação das Unidades de Saúde de Ilha. Rapidamente, porém, ignorou as suas próprias opções.

Endividou o Serviço Regional de Saúde. Hoje, só o passivo da SAUDAÇOR, é, de pelo menos, 160 milhões de euros.

É verdade que o Serviço Regional de Saúde presta mais cuidados diferenciados, que a taxa de mortalidade infantil diminuiu ao longo de trinta anos de auto-governo, que há mais profissionais de saúde e que as infra-estruturas se modernizaram, destacando-se, nesta legislatura, o início do processo de construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo.

Porém, nenhum destes factos apaga os erros da má gestão socialista na área da saúde.

Onde houve dinheiro, sobrou desperdício. Onde sobrou demagogia, faltou decisão. Onde houve oportunidade, faltou vontade.

Também na área da saúde, é preciso uma mudança nos Açores.

O António, a Ana, o José e todos os Açorianos começam a ficar cansados do desgoverno socialista.

O PSD sabe fazer melhor. O PSD vai fazer melhor.